



Delfim e Pastore começam a preparar, com o FMI e o governo dos EUA, as renegociações da nossa dívida. A estratégia, segundo Pastore, é obter um plano plurianual de financiamento.

Como vamos renegociar a dívida

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, e o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, se reunirão terça-feira em Washington com o diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, e os presidentes do Banco Mundial, Alden Clausen, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ortiz Mena.

Pastore informou que, embora nada tenha "de especial" a tratar, eventualmente poderão passar pelo Departamento do Tesouro norte-americano para falar com o secretário Donald Regan.

Já o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, disse que o encontro de Pastore com os dirigentes dos 14 principais bancos credores do País, dia 2, terá por objetivo apenas repassar "as condições da economia brasileira e da situação internacional".

Anteontem, em palestra na Escola Superior de Guerra, o presidente do Banco Central anunciou que a estratégia do Brasil nas negociações que começam dia 2 será de obter um plano plurianual de financiamento da dívida externa, englobando vários anos ou exercícios num só pacote.

Pastore entende ser fundamental conseguir prazos de carência e de pagamentos dos juros e principais maiores que os atuais de cinco e nove anos. Os novos prazos serão determinados pelos técnicos do governo, levando em conta o perfil da dívida e tendo por objetivo evitar novas concentrações de pagamentos e crises de liquidez em 1988 ou 1989.

Além dos novos prazos, o Brasil também tentará obter taxas de juros mais baixas e spreads (taxas de risco) e flats (comissões) mais reduzidos, bem como a eliminação da cláusula relativa à prime rate (taxa preferencial dos bancos norte-americanos), de forma que os pagamentos sejam feitos à base da libor (taxa interbancária de Londres), informou.

Para conseguir o plano plurianual e melhores condições de financiamento, Pastore conta, além da acumulação de reservas (US\$ 4,2 bilhões atualmente e mais US\$ 6 bilhões até dezembro), com a negociação do México:

— Temos informação de que o México está conseguindo um plano plurianual de pagamento. É como uma corrida de Fórmula-1. Estamos deixando o México ir na frente e vamos aproveitar o seu vácuo e passar à frente desse país, posteriormente, obtendo condições de pagamentos ainda melhores.

O presidente do Banco Central afirmou ainda na ESG que um plano mais amplo não seria a solução permanente para o problema do balanço de pagamentos. Destacou que nenhum plano funcionará se as taxas de juros internacionais ficarem acima dos 12% nos próximos anos e se o crescimento econômico dos países industrializados for baixo. Nessa hipótese, o serviço da dívida brasileira subirá e o País não terá condições de exportar o suficiente para saldar os compromissos externos.

Por esse motivo, Pastore defendeu uma nova ordem econômica, na qual os países credores tomem consciência de sua responsabilidade no jogo da dívida da América Latina:

— Os países credores têm que adotar políticas econômicas que mantenham as taxas de juros internacionais próximas dos 10% e que permitam o crescimento econômico do mundo em desenvolvimento. Esses países têm que se disciplinar porque, senão, haverá em breve um novo 1982 — economia mundial em recessão e juros internacionais elevados — com quebra sincrônica de todos os países devedores. O resultado, sem dúvida alguma, será a criação de um cartel de devedores.

Para provar a correção de sua tese, Pastore citou um estudo que vem sendo realizado pelos técnicos do Ministério do Planejamento acerca das previsões de crescimento econômico mundial e do Brasil e do comportamento da dívida externa brasileira. Esse estudo se fixa no objetivo de crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro de 5% nos próximos anos, ou seja, um incremento de 2% da renda per capita a cada ano.

Segundo o estudo, se as taxas de juros internacionais ficarem entre 11 e 12% e os países desenvolvidos apresentarem uma queda de 3% no crescimento, o déficit da conta corrente do Brasil somente será eliminado em 1990, com o consequente aumento da dívida externa. Se as taxas de juros internacionais ficarem em 10%, o crescimento dos países industrializados será de 3,5% e o déficit em conta corrente brasileiro será eliminado em 1987 ou 1988.

Assim, para Pastore, "tudo depende, portanto, da política dos países industrializados".

Tiro no escuro

Apesar de Pastore já ter antecipado que o Brasil precisará de menos de US\$ 5 bilhões de recursos novos para fechar o balanço de pagamentos de 1984, o diretor da Área Externa do Banco Central qualificou de "adivinhação pura" e de "tiro no escuro" as projeções de bancos, como o Morgan Guaranty Trust, de que um jumbo de US\$ 2 a 3 bilhões ou, de acordo com a estimativa do Banco de Tóquio, de US\$ 3 a 4 bilhões, cobrirá as necessidades brasileiras para o próximo ano.

Madeira Serrano ressaltou que, por enquanto, o Brasil ainda não tem a sua projeção para a próxima etapa de renegociação da dívida a vencer a partir de 1985. Disse que o encontro do dia 2 com os bancos integrantes do comitê assessor de renegociação da dívida brasileira marca o início da fase intermediária, em que o País procurará "apalpar o caminho" para a rolagem dos compromissos dos próximos anos.

O presidente do Banco Central reiterou ontem que o Brasil cumpriu todas as metas acordadas com o FMI para o primeiro semestre. Segundo ele, dados ainda preliminares indicam que o déficit público, tanto operacional como nominal, fechou com pequena margem em relação ao teto e, na área externa,

todos os tetos foram "mais do que cumpridos".

A plurianualidade

— Houve um avanço. Foi colocada a questão da plurianualidade na negociação da dívida externa, ou seja, a negociação por vários anos, e também a questão da opção pela prime rate ou pela libor — afirmou ontem ao JT o diretor-executivo do Banco Itaú, Sérgio Silva de Freitas, sobre o pronunciamento do presidente do Banco Central na escola Superior de Guerra. Quanto às possibilidades de uma renegociação mais favorável na fase 3, Freitas afirmou que "está tudo indo bem", mas advertiu:

— Ainda é cedo, porém, e as viagens nesta fase são antes exploratórias. A negociação brasileira será posterior à mexicana, e isto também é bom para nós, porque deverão ser bons os termos da negociação do México. Fala-se em até quatro ou cinco anos de negociação, mas eu prefiro pensar em três anos. É um prazo razoável e possível, também para o Brasil. Já se sabe, no Exterior, que será preciso dar um alívio.

O diretor da Área Internacional do Itaú considera que em termos políticos e de pressão sobre os credores, a reunião de Cartagena, dos países latino-americanos, foi um dado positivo, que poderá repetir-se com um novo encontro, previsto para Buenos Aires, em setembro. Nesse mês, ocorrerá também a reunião anual do FMI-Banco Mundial, considerada importante para a equação do endividamento. Devese prever que o México conclua sua renegociação em outubro e o Brasil negocie mais amplamente os termos entre novembro e dezembro, "mas para sair após 15 de janeiro com a eleição do novo presidente".

O diretor do Itaú admite que as taxas internacionais de juros se elevem, mencionando a expectativa de que cheguem até 15% no final deste ano (contra 13% atuais). — Juros mais altos prejudicarão, porém, os fluxos de caixa do balanço de pagamentos no ano que vem.

No plano imediato, Freitas acredita que o Brasil já está de fato debatendo a plurianualidade, para que ocorra uma definição até setembro. E, além disso, o País já estaria apresentando os primeiros fluxos previstos para o balanço de pagamentos do ano que vem, mesmo que o início efetivo da renegociação fique para o último trimestre do ano e sua conclusão para princípios de 1985.

"Encenação"

O economista Antônio Barros de Castro classificou ontem, no Rio, de "encenação" as declarações atribuídas ao presidente do Banco Central, de que o Brasil vai empenhar-se numa batalha pela renegociação plurianual da dívida externa com os bancos internacionais, com a redução dos spreads e dilatação de prazos. Para Barros de Castro, Pastore anunciou "uma verdadeira batalha de Itararé, aquela que não houve".

Segundo Barros de Castro, as condições anunciadas por Pastore já fazem parte da lógica de mercado seguida pelos banqueiros e o México precedeu o Brasil na redução de spreads desde abril. Dentro dessa lógica, disse, o Brasil efetivamente hoje representa um risco menor, pois de maneira semelhante ao México recuperou de forma dramática o seu cacife, com US\$ 10 bilhões de superávit garantidos e aumento das reservas. Quanto à dilatação de prazos, "o Brasil já não paga o principal, o que significa automaticamente a extensão dos prazos", disse.

Em relação ao esquema plurianual de renegociação da dívida, Barros de Castro disse que isso também obedece à lógica dos banqueiros, porque "é uma forma de pré-condicionar o quadro de negociações para o próximo governo". O economista reconheceu que a negociação dos juros à base da libor e não da prime em princípio representa uma pequena vantagem para o Brasil. Mas, segundo ele, isso também se enquadra nos interesses dos banqueiros, na medida em que estes darão tratamento diferenciado a países como o Brasil, o México e a Coreia, "que ganharão estrelinhas por seu bom comportamento".